

CS

**BRASIL DOS
VIAGANTES**



NICOLAU SEVCENKO

O FRONT
BRASILEIRO NA
GUERRA VERDE:
VEGETAIS,
COLONIALISMO
E CULTURA



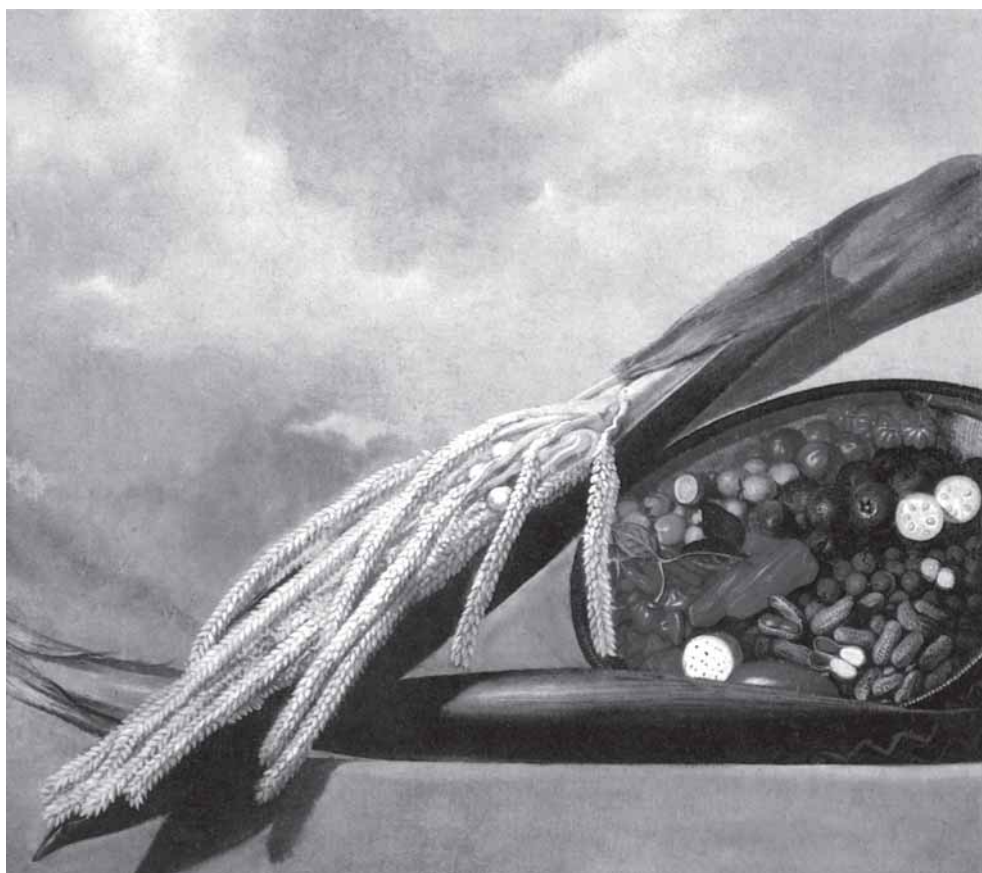
Minha reflexão a respeito da questão da visibilidade da paisagem sobre o contexto da colonização do país é entender esse jogo de olhares entre Europa e Brasil, de brasileiros sobre europeus, e de brasileiros sobre seu próprio território, em função do contexto posto pelas condições da colonização. Isso porque se observamos o processo da expansão européia sob essa condição de expansão colonial podemos muito bem interpretá-lo como uma guerra declarada contra a natureza. A expansão européia se fez em função da exploração de recursos naturais – minérios, metais preciosos ou vegetais –, em especial por conta dessa peculiaridade de o hemisfério sul, a zona tropical por excelência, ter características de insolação que dão aos seus vegetais em geral condição de desenvolver substâncias estimulantes. A expansão se fez em grande parte em função desses vegetais – a pimenta, o chá, o açúcar, o cacau, por exemplo. Houve um aprendizado prévio dessa exploração qualitativa da natureza, especialmente em virtude da peculiaridade tropical da natureza nas ilhas do Mediterrâneo – em particular as ilhas do litoral espanhol, e que se estendeu depois de maneira mais sistemática para aquelas do litoral africano, principalmente as Canárias, que tinham (como é típico de ilhas que ficam ao largo do continente) vegetação absolutamente própria e uma população, os guanches ou canarinos, de característica étnica que, pelo pouco que se sabe hoje, julga-se que era completamente diversa tanto da européia quanto da africana. No entanto, o fato é que não se sabe praticamente nada a esse respeito, porque com o impacto da conquista européia a vegetação das Canárias foi extinta completamente e não sobrou um único habitante da população original. Eliminaram-se totalmente a população e a vegetação, e a partir daí, então, a ilha estava em condições de ser colonizada pelos europeus.

A população usada para trabalhar na agricultura colonial das Canárias foi importada da África e o colonizador era europeu. Portanto, quando ela deixou de ser o que sempre fora, quando a natureza das Canárias foi substancial e inevitavelmente alterada de modo irreversível, é que o processo da colonização

realmente se engendrou. Esse período inicial de caráter probatório, de caráter de aprendizado, gerou os conhecimentos que propiciaram depois uma conquista em mais ampla escala em direção à América, em particular à área do Caribe e da América do Sul, em função da exploração desses mesmos recursos e gêneros tropicais. Nesse sentido se pode, dentro do processo da colonização, avaliar duas formas de percepção mais ou menos peculiares dos europeus, que não são em princípio dissociadas entre si, mas que acabam se tornando atitudes especializadas no contexto da evolução do processo colonizador: a primeira é o impulso desejante (sobre o qual o texto de Leyla Perrone-Moisés, *Vinte Luas*, nos diz bastante); essa espécie de sentimento assinalado particularmente no exemplo do voyeurismo de Jean de Léry, e que é o desejo pelo desconhecido, a vontade de conquistar, de penetrar naquilo que é virgem e indevassável, intocado. E esse é um ato bastante sensual, bastante sensorial, tanto que é produzido por pessoas que se entregam largamente ao jogo dos olhos, ao jogo do sentido, daqueles que gostam de ver longamente, que sentem os cheiros, que tocam a vegetação, as areias finas, que sentem o calor ou o frescor do ambiente. Gente, portanto, que propriamente constrói algo que pode ser chamado de paisagem, e vê nessa paisagem a fonte de um ato de adoração e a projeção de um ato de desejo. A paisagem é a coisa amada, e é por isso que pintam ou produzem imagens, ilustrações, ou então escrevem, fazem poesia a respeito da natureza assim transfigurada em objeto do desejo.

A outra forma de percepção européia é a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica no contato direto, físico, com esse meio – em função da extração daquilo que se veio buscar pelo ato da colonização: o vegetal tropical ou o minério. E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravio – e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento. Desbravar, romper aquela virgindade nativa, e agressivamente impor o seu controle e o seu domí-

NICOLAU SEVCENKO é professor de História da Cultura do Departamento de História da FFLCH-USP e autor de *Orfeus Extáticos na Metrópole, São Paulo Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20* (Companhia das Letras).



*Albert Eckhout,
“Inflorescência de
Palmeira e Cesta de
Especiarias”, óleo
sobre tela, Museu
Nacional da
Dinamarca*

nio sobre a natureza. Natureza que, por sua vez, aparece aqui como o inimigo a ser vencido e a ser espoliado. Penso que quem primeiro elaborou uma percepção desse processo na senda das sensibilidades desses viajantes românticos de que trata Flora Süssekind foi Euclides da Cunha num texto clássico intitulado “Fazedores de Deserto”, em que o próprio nome diz a que está fazendo alusão: a maneira como a prática da ocupação e colonização do solo brasileiro foi fundamentalmente predatória, destrutiva e que não só modificou mas, no limite, extinguiu a natureza original e a transformou em ruína, de acordo com essa percepção aguçada da imaginação romântica pela ruína. Nesse sentido é possível ver o processo da colonização como sendo comandado por duas cores fundamentais: o vermelho e o verde. O vermelho do fogo e o verde da mata. Ao contrário da nossa interpretação atual dessa simbologia cromática, na verdade, o verde é a cor do perigo e se tentarmos reproduzir a condição dos primeiros colonizadores postos no solo brasileiro, entende-

se qual a origem desse sentimento e as consequências ulteriores de sua manifestação.

Quando são deixados aqui os primeiros homens brancos europeus, na areia branca da praia e as caravelas retornam, eles olham e não há mais nada que os ligue à Europa, e pela frente o que vêem é só mata verde. Da mata verde surgem as feras, da mata verde surgem os insetos, da mata verde surgem os índios, e todo o perigo. E se eles estão ali para conquistar alguma coisa, só podem ver o que há para conquistar se a mata sair da frente. Portanto a melhor paisagem do ponto de vista de quem está na posição do colonizador – que já não tem mais nenhum contato com a Europa e não tem outra alternativa senão marchar para diante – é a paisagem ausente, é a eliminação completa daquele verde. Porque o verde é o perigo, a possibilidade iminente de sua extinção física. Nessa direção é que se constrói a lógica da ocupação predatória da terra e é assim que se desenvolve a sensibilidade nativa com relação à natureza. Não mais como paisagem, mas nesse aspecto bastante peculi-



“Modo de Minerar e Retirar Diamantes”, desenho aquarelado que ilustra o manuscrito “Pequeno Mapa de Demarcação Diamantina” (séc. XVIII), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

ar da mata brava – o de sertão bravio —, e assim se explicam os fazedores de deserto, tanto na senda dos homens que abriram o espaço para os grandes latifúndios monocultores do norte-nordeste, quanto os que se entregaram à prospecção mineral e também revolveram as terras no processo das catas, deixando aquele solo aberto como uma boca de vulcão estéril e para sempre irrecuperável.

Esse é o mesmo tipo de sensibilidade que levou Monteiro Lobato a descrever um processo ainda mais drástico e aceleradamente predatório, que foi o da expansão da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba carioca em direção ao estado de São Paulo. Um texto chamado também caracteristicamente de *As Cidades Mortas*. O fato é que essas duas atitudes, a da percepção sensual ou sensorial da paisagem com projeção desejante e essa prática agressiva, essa ação interveniente predatória do desbravador – juntamente com os contatos e as relações que se estabelecem entre si –, são muito interessantes. Em grande parte nós somos os caudatários, os herdeiros desse impasse e dessa hesitação entre dois modos europeus diferentes de perceber uma mesma situação. Por exemplo, a primeira relação delicada, sutil e estetizante com relação à paisagem americana provavelmente foi a construção do grande jardim chamado Alameda do México pelo vice-rei da Nova Espanha D. Luiz Velasco, que governou por

cinco anos (1607-11). Ele era um europeu, um espanhol, estava aqui por um período curtíssimo de tempo e se atreveu a esse gesto bastante original de construir uma imensa área ajardinada que proporcionasse a sua corte “espanholada”, europeizada, a sombra, a delicadeza das trepadeiras, dos vegetais, das fontes, e o frescor a que eles estavam acostumados e que aspiravam. Esse jardim se manteve longamente com essa mesma característica de servir a uma corte europeizada e a uma presença européia no meio de uma cidade de característica totalmente diversa. Algo semelhante aconteceu no Brasil pouco depois – a Alameda do México foi construída no início do séc. XVII. No fim da primeira metade desse século, um outro príncipe europeu esteve no Brasil por circunstâncias muito peculiares, o príncipe Maurício de Nassau, que veio administrar os territórios conquistados pelo exército holandês na luta contra o império luso-espanhol, no período da união das coroas ibéricas. Estando estabelecido no Recife, como se sabe, Maurício de Nassau engendrou um processo de construção de uma comunidade utópica, segundo os princípios de concepção de utopia da sensibilidade espiritual religiosa do seu tempo. E a essa utopia ele deu o seu próprio nome, o que identifica o valor e a importância que lhe atribuiu. Ele a chamou de cidade Maurícia, e foi construída na ilha de Antonio Vaz, próxima ao continente mas distante de quaisquer outras áreas de colonização tradicional portuguesa. Naquele ponto, construiu uma cidade bastante complexa, que era uma mistura de cidade, no sentido propriamente da urbanização européia, mas também de jardim botânico, porque reunia uma seleção de espécies de toda parte, em especial de espécies trazidas do sertão brasileiro. Nassau premiava generosamente quem lhe trazia as espécies mais variadas, mais estranhas, mais exóticas, das regiões mais afastadas do sertão, do interior do país. Portanto ali ele construiu toda uma série de alamedas, jardins cheios de amenidades, fontes e inclusive monumentos e salas onde se praticavam jogos. Assim, a ilha Maurícia foi uma verdadeira obra-prima da ocupação holandesa do nordeste açucareiro, e era propriamente a menina dos olhos de Maurício de Nassau –

e o fato interessante para nós, em particular, a respeito da construção da cidade Maurícia, é o quão pouco se sabe dela, pois foi totalmente abandonada assim que a cidade foi retomada pelos portugueses. Mais interessante até que isso é o fato de Maurício de Nassau ter “feito” a cidade – uma cidade para ser habitada –, embora ninguém quisesse visitá-la ou muito menos habitar um local feito pensando-se em plantas e não em gente. De tal forma que ele começou a usar de uma relativa violência, forçando algumas pessoas a se transferirem para a ilha Maurícia. Gente do Recife e de Olinda que relutava tanto que ele se viu obrigado, no limite, a tratar militarmente o transplante dessas pessoas do litoral em direção à ilha Maurícia. E a reação foi tão grande, que muita gente transportada de dia fugia de noite retornando ao continente, tamanho era o horror de se ficar numa ilha de plantas – onde provavelmente imaginavam que também acabariam transformados em plantas.

De qualquer forma era uma lógica completamente oposta àquela do predomínio da cupidez econômica, enfim, a da exploração predatória, que caracterizava a colonização

como até ali fora conhecida. Algo mais ou menos semelhante ocorre na primeira tentativa de construção também de uma área de amenidade vegetal no Rio de Janeiro, que foi o Passeio Público.

A história da construção do Passeio Público é muito nebulosa e isso também é indicativo do quão complexa foi a sua origem e o quão fora do conjunto dos procedimentos clássicos da colonização encontrava-se esse projeto. A sua origem mais remota obviamente está na crise do império português na segunda metade do século XVIII, quando as minas se esgotavam. As minas de ouro do Brasil estavam em declínio e Portugal ia sofrendo pressão, o que o levava a perder territórios e mais territórios de suas possessões asiáticas, de tal maneira que, com a crise do açúcar, a dos minérios e a crise do Oriente, o Brasil virava o único grande repositório da riqueza do império português, e a alternativa por excelência que sobrava aos colonizadores era o desenvolvimento de novas espécies vegetais, em especial o transplante para a América de espécies asiáticas e a criação aqui, então, de uma grande variedade de drogas

*Franz Fröhbeck,
“Passeio Público”,
guache sobre
papel (1817),
coleção particular,
São Paulo*



(cravo, canela, baunilha, pimentas, corantes, essências aromáticas, salsaparrilha, etc.). Estas, chamadas drogas do sertão, foram responsáveis justamente por grande parte da luta do marquês de Pombal contra os jesuítas, pois esses tinham o controle internacional das drogas do sertão tanto na América quanto na Ásia.

Portanto, essa guerra contra os jesuítas era uma guerra pelo controle das drogas, e a expulsão deles visava sobretudo transferir o mercado internacional das drogas para a coroa portuguesa.

É nesse sentido que um italiano, Domingos Vandelli, que depois se tornaria o diretor do Jardim Botânico de Lisboa, escreve um dicionário de história natural no qual, entre outras coisas, expõe princípios botânicos e propostas de construção de jardins botânicos e de estações de aclimação de vegetais em função da reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755. O próprio Pombal propõe a criação do Passeio Público de Lisboa como um dos marcos da cidade e uma das formas de propiciar uma profilaxia vegetal para a cidade. Aí, então, o princípio da fisiocracia, nos quadros dos teóricos do Iluminismo, para os quais era a agricultura a fonte fundamental da riqueza dos povos, e que alimentava o projeto dos botânicos, somou-se à filosofia dos miasmas e da higienização que recomendava áreas verdes, áreas abertas e alamedas para propiciar a higiene das cidades em crescimento.

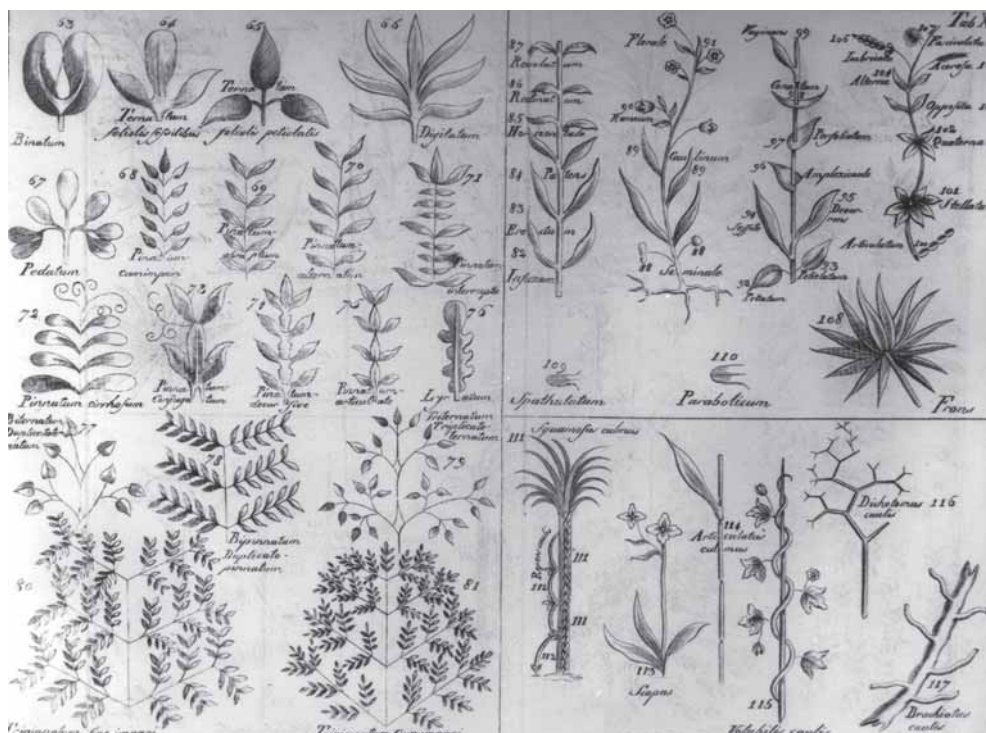
É justamente na intersecção de todos esses elementos que surge o Passeio Público de Lisboa, o qual inspirou D. Luiz de Vasconcelos na proposta de criação do Passeio Público do Rio de Janeiro, justamente numa das áreas mais insalubres da cidade, a lagoa do Boqueirão, que ficava próxima aos arcos. O processo foi muito difícil porque a região era pantanosa e foi preciso drená-la, primeiro secando-a e depois trocando a terra local por outra terra mais fértil para poder estabelecer um jardim. Como ele tinha também características de um jardim experimental, de um jardim botânico, a maior parte das espécies adaptadas ali foi primeiramente de origem portuguesa ou asiática, justamente numa tentativa de adaptação ao solo brasileiro. O resultado, no entanto, foi criar no Rio de Janeiro

uma imagem absolutamente *sui generis* no contato geral da colonização, no sentido do estabelecimento de um espaço destinado ao trato cuidadoso e reverente para com os vegetais e onde eles, na sua disposição em desenho paisagístico e arranjos ajardinados, ficavam identificados com o bom-gosto, o bem-estar e a comunhão humana.

Ele trouxe consigo, ademais, a revelação de que um determinado estatuto do Brasil, o de colônia específica de Portugal –, um efeito do monopólio, o exclusivo metropolitano –, havia sido rompido na medida em que a economia do país se internalizava e havia uma expectativa internacional de conhecimento também geral das suas paisagens, das suas riquezas, dos seus recursos interiores.

Em primeiro lugar é Portugal mesmo que vai iniciar uma tentativa de prospecção mais completa do território brasileiro e para isso vai nomear um botânico formado na Universidade de Coimbra, Alexandre Rodrigues Ferreira, mas que era brasileiro, para fazer uma grande expedição composta de inúmeros auxiliares com os quais ele faria uma ampla exploração dos principais fluxos fluviais da Amazônia e do Pantanal. De 1783 a 1789, todo esse material foi sendo reunido, composto por espécies coletadas, por manuscritos com descrições de paisagens da natureza e ilustrações. Esse material era todo encaixotado e remetido para Lisboa, ficando acumulado no Real Gabinete de História Natural de Lisboa e em 89 o próprio Alexandre Rodrigues partiu do Brasil para Lisboa, assumindo ele mesmo a organização desse imenso arquivo sobre os recursos da vegetação e da natureza brasileira.

Esse acervo ganha uma reputação tão notável, na Europa, que quando Napoleão decide invadir Portugal, junto com o general Junot, ele manda à frente do seu exército um botânico, o naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire, cuja função era exatamente de, no caso de Lisboa ser invadida, não correr para o tesouro do palácio, mas sim para o tesouro do Jardim Botânico, e saquear todo o acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira, inclusive, e se possível, prendendo o próprio. Essa foi a primeira medida que os franceses tomaram assim que conquistaram a capital do império português, o que levou D. João VI a assumir uma medida de



Gravura do livro de Domenico Vandelli Dicionario dos Termos Téchnicos de Historia Natural... (Coimbra, 1788), Biblioteca do IEB-USP

retaliação. Assim que ele chega no Rio de Janeiro, a primeira coisa que faz é decretar a invasão militar da Guiana Francesa, com ordens expressas para que as tropas corresse para o Jardim Botânico de Caiena e lá prendessem o botânico chefe, o célebre mestre Martin, forçando a transferência de todas as espécies do jardim botânico de lá para os jardins botânicos de Belém, Pernambuco e Salvador. Era a guerra dos vegetais, em que a ação militar direta passou para o campo da espionagem, mais clandestinamente.

É nesse contexto que o botânico alemão, o conde Hoffmannsegg, que participou e colaborou na organização do Real Gabinete de História Natural de Lisboa, ao se retirar no final do século XIX, solicitou permissão à corte portuguesa para enviar um auxiliar para recolher algumas espécies no Brasil. A permissão foi dada no sentido de que fosse enviada uma única pessoa para recolher algumas poucas espécies, que seriam trazidas de volta com ele. O fato é que ele mandou o botânico Frederic Sieber para o Pará, onde, durante doze anos, fez uma prospecção com muitos auxiliares em todo o alto e médio Amazonas e remeteu todo esse material, que foi a base da criação do Museu de História Natural de Berlim.

Por outro lado, os austríacos também percebiam que era agora ou nunca que se conseguiria penetrar nas riquezas recônditas das dimensões ultramarinas do império português, em particular do Brasil. Assim, através do casamento de D. Pedro e de D. Maria Leopoldina, eles conseguiram a permissão para mandar uma expedição de artistas e pesquisadores europeus para virem ao Brasil e fazerem um amplo levantamento em diferentes direções e diferentes dimensões e em relação a diferentes regiões do país. O comando dessa expedição científica e artística foi dado ao príncipe Maxmilian von Wied-Neuwid e dela resultou também um grande acervo todo ele exportado para a Europa. O movimento mais ambicioso, porém, nesse contexto todo, veio, sem dúvida, do czar Alexandre I da Rússia. É preciso lembrar que, nesse momento, o czar Alexandre é o homem mais importante da Europa, o que pode parecer estranho já que, em geral, há uma tendência de se minimizar a atuação histórica dos russos. Por exemplo, comumente entende-se que foram os ingleses que venceram Napoleão e não os russos, como de fato foram; entende-se que foram os americanos que venceram a Segunda Guerra Mundial e não os russos, como tam-

bém de fato foram. Mas, tentando resgatar esse porção da história, que são os russos, eles tinham olhos largos para cima da natureza brasileira e nomearam também um botânico para ser o primeiro cônsul-geral do Império russo na corte brasileira, o barão Langsdorff.

Para entender a nomeação de Langsdorff é preciso entender um pouco o contexto europeu da época. Alexandre I, desde que derrotou Napoleão e conquistou Paris – onde fundou a Santa Aliança, através da qual os príncipes da Áustria e da Prússia se tornaram seus vassallos, na construção de uma aliança militar destinada ao controle ideológico e político do continente e, a rigor, de todo o mundo e em particular no confronto entre as potências continentais contra a marinha inglesa –, em função disso o czar Alexandre se torna o homem mais poderoso do continente europeu, estabelecendo um plano de expansão tanto por terra quanto por mar. Por terra a Rússia se expande em todo o infinito das estepes asiáticas em direção a Quirguísia, a Mongólia, a Sibéria, ao mar de Bhering e ao mar do Japão. A partir dali estabelecem um projeto de dominação oceânica que seria uma extensão lógica de seu domínio continental. Para isso, é criada uma marinha de guerra sob o comando do almirante Krusenstern, que havia sido treinado justamente na Academia Naval da Inglaterra. Sob o comando desse almirante funda-se uma companhia chamada Companhia Russo-americana de Comércio, mas que na verdade era uma companhia que tinha como fundamento a criação das bases de instalação de um futuro império ultramarino russo, e é em função dele que se estabelece a primeira viagem russa de circunavegação do mundo em 1803, comandada pelo almirante Krusenstern e que tem como seu cientista chefe exatamente o barão de Langsdorff.

O projeto russo era controlar o Atlântico Norte a partir do Alaska, do estreito de Bhering, cujo nome lhe foi atribuído por um outro almirante a serviço do Império russo, exatamente o almirante Bhering. A partir dali, a idéia era de obter o controle do Pacífico Sul e do Atlântico Sul descendo do Alaska em direção a toda a costa americana do Pacífico. Como se sabe, havia colônias russas que chegavam até o que hoje é a cidade de São Fran-

cisco, na Califórnia. Os russos queriam estender também o domínio para as ilhas do Pacífico Sul e a partir dali ter um controle da região do Prata, adquirindo a ilha de Santa Catarina fosse por conquista militar, fosse por negociação com o governo brasileiro. Esse era o projeto da expansão russa, de unir o império aos dois oceanos, e quem foi posto como observador decisivo na parte atlântica do projeto foi exatamente o barão de Langsdorff, sendo que com esse gabarito e com esse projeto por trás ele vem a se tornar o cônsul-geral do Império russo no Brasil.

O caso de Langsdorff é extraordinário porque ao chegar ao Brasil – ele que era um homem que conhecia toda a Europa e toda a Ásia, por conta de servir primeiro ao exército austríaco depois ao Império russo, além de todo o litoral da América do Norte, na primeira viagem de circunavegação –, no Brasil ele tem uma espécie de revelação e manifesta sentir pelo país e pelo contato com a sua natureza algo que nunca sentira em qualquer parte do mundo. Por exemplo, na primeira viagem, em 1804, quando chega exatamente em Santa Catarina, ele diz: “A lembrança de minha estada no Brasil permanecerá na minha mente por toda a vida”. Mais tarde, quando já é cônsul do Brasil, ele escreve em correspondência: “O Brasil tem o aspecto de um paraíso, o solo é fértil, rico, e aqui se vive bem. Eu sou um admirador desse país e as vantagens que o distinguem de todos os outros são mais do que evidentes”. Numa outra carta: “A imaginação mais rica e mais feliz e a mais perfeita das línguas criadas pelo homem sequer de longe podem dar idéia da extensão dos tesouros e magnificência dessa natureza”. Mais outra: “Quem quiser que seja que anseie por motivos poéticos que vá ao Brasil, pois ali a natureza poética responde aos seus pendores. Qualquer pessoa, inclusive a menos sentimental, se deseja descrever as coisas como elas são, ali se transforma num poeta”.

Essa visão de Langsdorff lembra a visão dos outros estrangeiros que comentávamos como aquela percepção sensual, sensorial, da paisagem brasileira, mas o motivo pelo qual ele estava aqui era de outra natureza, por espionagem científica, espionagem econômica e espionagem política. Em função disso, ele adquire uma propriedade na periferia do Rio

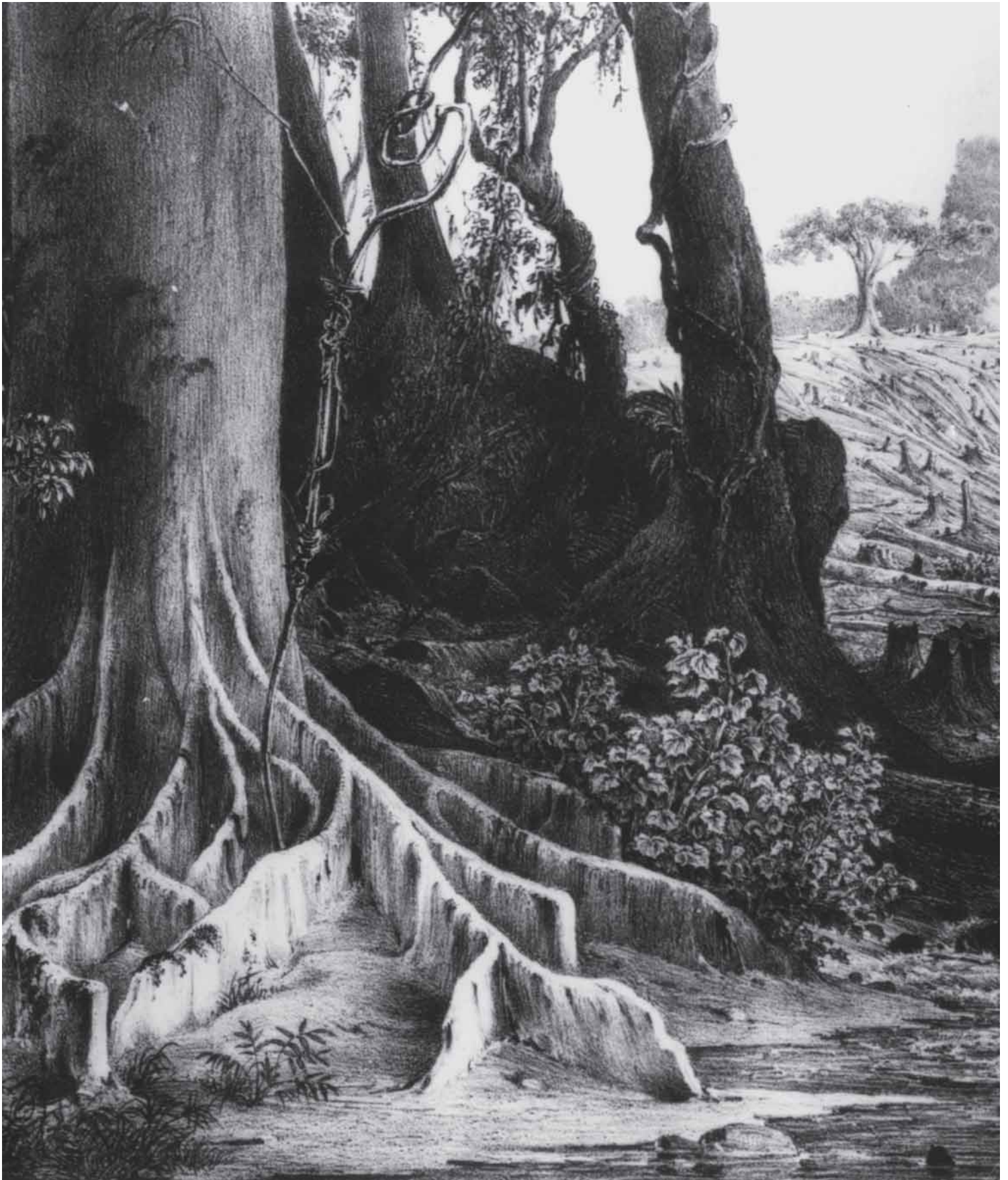
de Janeiro, uma fazenda que ele vai transformar numa fazenda modelo de exploração científica, chamada fazenda da Mandioca. Nesse local ele introduz uma série de espécies européias, de espécies asiáticas e começa a fazer experiências de adaptações verificando, para o seu maravilhamento, que a natureza brasileira era extremamente receptível a espécies de toda parte do mundo. Diz ele: “A localização dessa província é tão ideal que todos os frutos, cereais e legumes, tanto da Europa temperada quanto das partes quentes da Índia, crescem aqui com grande perfeição”. O resultado de suas experiências é o melhor possível, em função do que ele estabelece uma empresa de colonização, com a intenção de ele próprio se tornar um capitão de empresa colonizadora, um conquistador daquele mesmo solo que tanto admirava. Para isso, contrata um grande grupo de imigrantes alemães para iniciar uma agricultura de larga escala, em grande extensão e, em paralelo, tenta conseguir junto à corte do Rio de Janeiro o direito para fazer uma ampla viagem científica pelo interior do Brasil, justamente fazendo o percurso das Bandeiras, partindo da bacia do rio Paraná em direção às bacias do interior, pelo Pantanal até chegar ao Amazonas. O projeto era fazer o mais amplo, completo e documentado levantamento da natureza brasileira jamais feito então por qualquer cientista ou explorador.

A razão para isso é que, além dos seus motivos econômicos, políticos e estéticos, Langsdorff era movido também pela vontade de criar uma nova teoria científica, pois nesse momento havia um debate científico bastante complexo, que envolvia gente como Alexander von Humboldt, Alfred Russel Wallace e Charles Darwin, bem como cientistas que estavam tentando elaborar uma teoria unificada sobre a origem da vida. Todos eles trabalhavam no mesmo sentido de partir de uma atitude mental que pensava a biologia de um ponto de vista classificatório, como no século XVIII, para uma outra atitude organizada de acordo com o espírito de sistema (*esprit de système*), propondo essa teoria unificada. O fato é que seus concorrentes, Humboldt, Wallace e Darwin, puderam dispor, como recurso decisivo para suas investigações científicas, de

viagens por todo o mundo e, em particular, viagens que se demoravam longamente nas áreas tropicais, onde se encontravam espaços de concentração saturada de espécimes. O quanto esses deslocamentos eram cruciais se tornava muito mais visível no caso do professor de Langsdorff, o antropólogo e naturalista Johann Friedrich Blumenbach, que seguia na mesma senda, mas que nunca tivera, no entanto, oportunidade de fazer essas viagens, essas expedições. E é exatamente essa a parte que Langsdorff quer complementar na teoria de seu professor, desenvolvendo-a com o tipo de prospecção do espaço brasileiro que essa viagem científica poderia lhe proporcionar e conseguindo a construção dessa teoria unificada através dos conceitos-chave que se tornavam já a principal fonte conceitual da biologia moderna, como, por exemplo, os conceitos de função, conflito, adaptação e evolução. É nesse sentido que ele se lança na mais ousada, na mais ampla e arriscada expedição científica feita no século XIX no Brasil e que, como todo mundo sabe, redundou no mais fabuloso desastre.

Langsdorff é uma espécie de criatura emblemática, porque pôde ter com relação à natureza quase que todas essas atitudes que eu tenho tentado referir aqui: ele tinha a sedução sensual da paisagem, tinha a curiosidade científica, ele pretendia o domínio da natureza e atuar como agente colonizador; ele era, portanto, um homem que conseguiu sintetizar essas atitudes díspares todas, e não deixa de ser profundamente irônico que, como resultado dessa sua expedição pelo país, ele tenha sido acometido de malária, como grande parte dos membros da sua expedição, que acabou completamente destruída. Ele não morreu, o que lhe aconteceu porém talvez tenha sido pior: perdeu completamente a memória e voltou para a Europa como se nunca tivesse visto qualquer outra paisagem que não o jardim de sua própria casa. Tudo o que acumulou, tudo o que conheceu, tudo o que registrou foi perdido, exceto pelo que foi remetido e se encontra hoje estocado em São Petersburgo, e a memória dele se foi como um pavio de vela.

Esse caso de Langsdorff eu acho que é único no sentido de poder ser sintético e poder também dar uma dessas raras oportunida-





des de vermos um golpe, um contragolpe da natureza contra essa atitude interveniente do homem – e a natureza se preservando na sua condição de enigma, de enigma virgem. O fato é que, pouco tempo após a morte de Langsdorff, se dá o início da expansão da cafeicultura no sul do Brasil e o que as outras formas de cultivo levaram séculos para produzir em termos de destruição e de erosão do solo brasileiro, a cafeicultura vai realizar em pouquíssimos anos. Do começo do século a 1920, praticamente todo o solo de São Paulo está revolvido pela expansão da monocultura cafeeira e um dos homens mais importantes desse processo, Paulo Prado – filho do conselheiro Antonio Prado, dono de uma das maiores fazendas de café e pioneiro na importação dos colonos europeus para trabalharem como mão-de-obra na exploração da lavoura cafeeira –, escreveu um livro, *Retrato do Brasil*, no qual todo um capítulo é dedicado à paisagem, onde identifica que não há outro destino para a paisagem no Brasil que não seja o de desaparecer, e que essa é a condição da construção da modernidade no país e não outra. Diz ele na conclusão de seu livro:

“A esplêndida frutificação da semente bandeirante vai criando uma nova terra para seus filhos, dentro de dezenas de anos desaparecerá o último vestígio do São Paulo quinhentista e seiscentista, como já desapareceu o paulista antigo desses tempos heróicos. Felizes os que ainda puderem apanhar nos fugidios delineamentos os derradeiros traços dessa paisagem histórica já ameaçada pelo tempo igualitário, que só lhe conservará a carcaça indestrutível do céu e da terra, e que será a última testemunha presente das lutas, ambições e glórias do passado”.

Acho que nessa breve consideração podemos ver a transição da natureza brasileira do paraíso para a carcaça, e considerar que o que ficou da paisagem talvez seja o que esteja concentrado nessa exposição: essa vontade de gozar e tocar o que já sabemos de antemão que está irremediavelmente e para sempre perdido, e que só podemos hoje evocar como uma forma vaga e melancólica de nostalgia.

*Litografia da Flora
Brasiliensis, de
Martius (Munique,
1840-1906),
Fundação
Biblioteca
Nacional,
Rio de Janeiro*